



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

**RESOLUÇÃO Nº 56/2010/CPJ**

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão adotada na reunião ordinária do dia 05.08.2010 e o disposto no art. 10, I e II, da Lei Complementar nº 27, de 19 de novembro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** – Aprovar no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Programa Estadual de Ação Contra as Drogas, denominado “Todos contra as Drogas Ilícitas”;

**Artigo 2º** – As ações a serem desenvolvidas, os prazos e seus respectivos responsáveis, estão contemplados no “Plano de Ação” constante do anexo I, parte integrante do referido programa;

**Artigo 3º** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá, 10 de setembro de 2010.

**MARCELO FERRA DE CARVALHO**

Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do CPJ

**ÉLIO AMÉRICO**

Procurador de Justiça  
Secretario do CPJ



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

**PROGRAMA ESTADUAL DE AÇÃO CONTRA AS DROGAS**  
**“TODOS CONTRA AS DROGAS ILÍCITAS”.**

**ANEXO I**

<b>Plano de Ação</b>							Unidade:
<b>Programa de Ação Antidrogas</b>							Participantes:
<b>Metas</b>							Valor Orçado:
Nº	Medida (O que fazer)	Procedimento (Como fazer)	Responsável (Quem vai fazer)	Local (Onde)	Prazo (Quando:)		Custo (Quanto vai custar)
					Início	Fim	
01	<b>Viabilizar</b> o FUNERD	Articular a criação da FUNERD – Fundação Estadual de Resistência às Drogas	PGJ			Julho 2011	
02	<b>Viabilizar</b> o Fundo Estadual Antidrogas- FEA	Articular a criação do Fundo Estadual Antidrogas - FEA	PGJ			Julho 2011	
03	<b>Viabilizar</b> Conselho Municipal antidrogas	Articular a criação do Conselho Antidrogas em cada Município	CGMP / Promotores de Justiça			Julho 2011	
04	<b>Viabilizar</b> a implantação do Plano Municipal	Articular Projeto de criação de Pronto Atendimento interdisciplinar à criança e adolescente vítimas de drogas - <a href="#">detalhar</a>	CGMP / Promotores da infância e adolescente			Dezembro 2011	
05	<b>Viabilizar</b> a ampliação dos serviços do CAP's – Capital e Comarcas Pólo	Articular Projeto de ampliação do CAP's na Capital e implantação e/ou ampliação de CAP's nos pólos de: Rondonópolis, SINOP, Cáceres, Tangará da Serra, Diamantino, Alta Floresta, Juína, Água Boa e Barra do Garças.	Procurador Geral de Justiça			Dezembro 2011	



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

06	<b>Viabilizar</b> a criação de unidades de saúde	Articular Projeto de criação de unidades de saúde estadual/municipal destinadas a usuários e dependentes de drogas.	Procurador Geral de Justiça			Dezembro 2011	
07	<b>Adotar</b> Sistemática de Indicadores nos processos relativos aos crimes de tráfico e posse de drogas para uso próprio	Criar um painel com indicadores de tempo de duração do processo, de resultado das ações penais e de recursos, da quantidade e natureza das drogas, de bens e valores apreendidos e da condição sócio-econômica dos acusados.	Procuradoria Criminal Especializada			Dezembro de 2010	
08	<b>Exigir</b> padrão de despacho fundamentado de classificação do crime no flagrante	Criar despacho modelo e enviá-lo à Diretoria Geral de Polícia com recomendação	Procuradoria Criminal Especializada			Dezembro de 2010	
09	<b>Exigir</b> a apreensão imediata de bens e valores, instrumentos, veículos e produtos relacionados ao tráfico e a sistemática identificação de outros no prazo legal	Redigir recomendação à Diretoria Geral de Polícia para que proceda a diligências complementares para localização de bens, direitos e valores do acusado enviando-a ao juízo no prazo legal.	Procuradoria Criminal Especializada			Setembro 2010	
10	<b>Requerer</b> o “sequestro” de bens e fiscalizar a decisão do perdimento de bens	Mediante exame caso a caso, inclusive requisitando informações a cartórios de registro de imóveis, à Junta Comercial do Estado, ao Banco Central e à Secretaria da Receita Federal.	Promotor de Justiça			Ação permanente	



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

11	<b>Fiscalizar</b> o uso correto da faculdade de utilização de bens	Mediante exame caso a caso, inclusive com a conferência dos bens apreendidos e sua localização a fim de assegurar eventual responsabilização do detentor.  Exigir justificativas fundadas para o pedido de acautelamento do bem por parte da autoridade policial, especialmente de veículos, dada a necessidade de atender-se o objetivo de conservação aludido na lei.	Promotor de Justiça			Ação permanente	
12	<b>Fiscalizar</b> a correta utilização de bens pelos órgãos admitidos na lei	Mediante exame caso a caso, exigindo previa manifestação da SENAD e prova de regularidade do funcionamento das entidades pretendentes.	Promotor de Justiça			Ação permanente	
13	<b>Requerer</b> , em caráter cautelar, a conversão de dinheiro estrangeiro e a compensação de cheques apreendido e o depósito em conta judicial (Art. 62.	Mediante exame caso a caso	Promotor de Justiça				
14	<b>Criar</b> Cadastro de bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União	Mediante levantamento nos autos dos processos, identificando-os e localizando-os, para controle da destinação do produto declarado perdido.	Promotor de Justiça			Ação permanente	



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

15	<b>Criar</b> sistemática de controle sobre os requerimentos de infiltração e ação controlada	Mediante recomendação às autoridades policiais para que formalizem requerimento prévio ao juízo quanto às ações, devidamente justificadas ante o risco que comportam essas ações.	Promotor de Justiça				
16	<b>Fiscalizar</b> a correta aplicação da lei quanto à causa de diminuição de pena de que trata o art. 33 § 4º da lei nº 11.343/2006 e o	Mediante exame caso a caso e, inclusive, com atenção ao Assento nº da Turma de Uniformização de Entendimento	Promotor de Justiça			Ação permanente	
17	<b>Proceder</b> a levantamento e localização de veículos, armas e outros bens apreendidos em IP e processos nos últimos dois anos.	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	Os Promotor es de Justiça c/c da PCE			Março de 2011	
18	<b>Proceder</b> a levantamento, dos dois últimos anos, do tipo e quantidade de drogas apreendidas no estado e o controle da incineração	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	Os Promotor es de Justiça c/c da PCE			Março de 2011	
19	<b>Criar</b> cadastro de acusados de crimes de tráfico e de posse de drogas para uso próprio (controle de condenações/absoluções/mandados de prisão)	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	GAECO			Fevereiro de 2011	



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

20	<b>Articular</b> Plano de Prevenção e Repressão permanente na fronteira Brasil/Bolívia até a Capital do Estado	Medida: audiência das autoridades competentes na fiscalização e Repressão na fronteira, definição de indicadores de resultados, estratégias e metas.	PCE			Dezembro de 2011	
21	<b>Exigir</b> a correta aplicação e destinação das multas aplicadas em cumprimento à lei antidrogas	Mediante exame caso a caso, inclusive velando para a não isenção da penalidade.					
22	<b>Criar</b> coordenação em atividades de inteligência e investigação do tráfico de drogas.	Medida: Designação de um Promotor de Justiça do GAECO com atribuições exclusivas.	PGJ			Maio de 2011	
23	<b>Instituir</b> sistemática de apoio permanente do GAECO aos Promotores de Justiça para localização de testemunhas não intimadas.	Mediante ato normativo	PGJ			Maio de 2011	